

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2004

Considerando que, por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2003, de 1 de Agosto, o Governo resolveu criar uma estrutura de missão, denominada «Centro de Apoio ao Licenciamento de Projectos Turísticos Estruturantes (CALPTE)»;

Considerando que a estrutura em causa visa coordenar as intervenções das diversas entidades da administração central e local autárquica no âmbito do licenciamento dos projectos turísticos, assumindo-se como interlocutor dos promotores nos projectos turísticos, estruturantes, tendo em vista uma maior celeridade e eficácia na obtenção das licenças em causa;

Considerando que constitui pressuposto essencial da referida resolução a manutenção em funcionamento da estrutura de missão até à entrada em vigor do novo regime legal relativo ao licenciamento de projectos turísticos, através do qual se adoptarão as medidas que permitam superar os constrangimentos que motivaram a criação da referida estrutura;

Considerando que se prevê que o novo regime legal seja aprovado a curto prazo;

Considerando que a resolução acima mencionada nomeou como encarregada de missão a licenciada Ana Cristina Correia Martins Siza Vieira, que foi entretanto nomeada como directora-geral do Turismo, em 14 de Abril de 2004, importando assim proceder à sua substituição:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Prorrogar o mandato da estrutura de missão designada por Centro de Apoio ao Licenciamento de Projectos Turísticos Estruturantes (CALPTE), criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2003, de 1 de Agosto, bem como a respectiva estrutura de apoio técnico, administrativo e logístico, até 31 de Dezembro de 2004 ou, se anterior a esta, até à data da entrada em vigor do diploma que proceder à revisão geral do processo de licenciamento de projectos turísticos.

2 — Nomear como encarregado de missão, com efeitos a partir de 14 de Abril de 2004, o licenciado José Luís Galvão Vieira da Luz, equiparado, para efeitos remuneratórios, incluindo despesas de representação, a cargo de direcção superior de 1.º grau, auferindo as regalias inerentes ao seu exercício.

3 — Determinar que o n.º 1 da presente resolução produz os seus efeitos no dia seguinte à data fixada no n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2003, de 1 de Agosto.

Presidência do Conselho de Ministros, 1 de Julho de 2004. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2004

Considerando as orientações da política governamental em matéria de gestão das infra-estruturas militares tornadas inadequadas ou excedentárias no sentido do aproveitamento das que, pelas suas características, possam ser utilizadas para fins de utilidade pública;

Considerando que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99,

de 28 de Agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de Junho, tais imóveis devem ser, preferencialmente, afectos a outras funções do Estado e de outras pessoas colectivas públicas;

Considerando que o Ministério da Saúde pretende implantar um novo hospital em Braga e o terreno aprovado para essa implantação engloba o PM 5/Braga — Carreira de Tiro de São Victor, torna-se necessário criar as condições que permitam a sua reafecção àquele Ministério;

Tendo presente que, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de Fevereiro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de Agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de Junho, a desafecção do domínio público militar é feita por resolução do Conselho de Ministros:

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de Agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de Junho, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Desafectar do domínio público militar e integrar no domínio privado do Estado o prédio militar n.º 5/Braga, designado «Carreira de Tiro de São Victor», situado no lugar do Labirinto, ou às Sete Fontes, freguesia de São Victor, concelho de Braga, com a área de 20 353 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 42 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob os n.ºs 29990 e 29991, com a inscrição 14224 a favor do Estado; n.ºs 33064 e 33065, com a inscrição 19089 a favor do Estado; 32235, com a inscrição 17601 a favor do Estado, confrontando a norte com Nozes Tavares, a sul com SOCONCAL, a nascente com Ordem do Carmo, Carlos Macedo e SOCONCAL e a poente com SOCONCAL e Manuel S. Ferreira.

2 — Determinar que a operação referida no número anterior tem em vista a futura reafecção do imóvel, mantendo-se afecto ao Ministério da Defesa Nacional, enquanto esta não se concretizar.

Presidência do Conselho de Ministros, 1 de Julho de 2004. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2004

Considerando que a política de modernização das Forças Armadas prossegue objectivos de reorganização das suas instalações militares, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência, alcançados com o reaproveitamento do património excedentário ou inadequado afecto à defesa nacional;

Considerando que a alienação dos imóveis, disponibilizados pela contracção do dispositivo militar, visa gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas, nomeadamente através da concentração de infra-estruturas em zonas adequadas, libertando assim os espaços urbanos que, pelas suas características, se revelam inadequados à função militar;

Considerando que o Ministério da Educação, actualmente Ministério da Ciência e do Ensino Superior/Uni-